

Estudo Técnico Preliminar 20/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.019972/2025-75

2. Descrição da necessidade

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão tem o dever de promover com qualidade suas atividades finalísticas e a eficiente execução de atividades relativas à organização, controle e acompanhamento de bens e serviços. Portanto, é essencial que a manutenção, recarga e teste hidrostático de extintores e mangueiras de combate a incêndio do patrimônio público da UFBA sejam realizados por um serviço especializado.

Ressalta-se que a contratação deste serviço visa à proteção dos colaboradores, estudantes e transeuntes que diariamente laboram e circulam pelas dependências da universidade, bem como a proteção do patrimônio público no caso de sinistro.

A contratação se justifica, ainda, pelo fato de a UFBA não estar apta a fornecer ou comercializar o serviço a ser contratado, visto que é uma instituição pública de direito público e esta não é sua atividade finalística. Dar continuidade aos serviços prestados, atualmente executados pelo Pregão Eletrônico 047/2018, Processo de nº 23066.047369/2018-54, que está em fase de conclusão da vigência. Caso não ocorra a prestação dos serviços acima citados, a UFBA poderá sofrer sanções legais (multas) até ser passível de interdição. Além do risco em caso de ocorrência de princípio de incêndio, não termos os meios adequados e necessários para combatê-lo para evitar exposição de vidas humanas e de danos ao patrimônio.

Destaca-se também que a principal missão da atividade-meio, a exemplo do objeto da contratação, é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente e confiável. Para atingir esse objetivo, a Administração Pública deve buscar de forma racional e persistente, obter o melhor emprego de seus escassos recursos humanos (servidores) e materiais visando atingir a eficiência de suas ações, alcançando, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado de suas necessidades.

No caso em tela, a contratação que se pretende realizar possui caráter continuado, pois a sua interrupção pode comprometer o desenvolvimento das atividades exercidas na Universidade.

Com base no documento que formalizou a demanda a Equipe de Planejamento da Contratação, vinculada à Pró-Reitoria de Administração, elaborou este Estudo, consoante às diretrizes estabelecidas no art. 24, § 1º, Seção II e Anexo III da Instrução Normativa nº 05/2017, ratificada pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022.

As normas que disciplinam o presente processo licitatório encontram-se estabelecidas na Lei nº 14.133 de 2021 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, a qual a UFBA (autarquia federal) está subordinada. Além disso, para garantir o cumprimento rigoroso das normas de segurança estabelecidas, há necessidade do atendimento a legislação federal (Portaria MTP n.º 2.769 de 05 de setembro de 2022 (Nova NR-23)), estadual (Lei Nº 12.929 de 27/12 /2013), municipal (Decreto Nº 23.252 de 18/09/2012) e instrução técnica do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (IT Nº 05 – 2018 e IT Nº 21 - 2017), bem como, os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018**, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de gestão administrativa	Celinalva das Graças Gonsalves de Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A solução contratada deverá atender aos requisitos mínimos estabelecidos nestes estudos preliminares e contidos no Termo de Referência. A empresa deverá apresentar comprovante de estar cadastrada e habilitada a executar instalação, manutenção e comercialização de extintores de incêndio junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia. Também deverá ter o devido registro no INMETRO para fornecimento, inspeção e manutenção de extintores de incêndio e apresentar Registro da Declaração da Conformidade do Fornecedor - Empresa de Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores, expedido pela Portaria n.º 58/2022 do INMETRO.

O julgamento da proposta é **pelo menor preço** ofertado por item, sendo que este julgamento não eximirá o licitante interessado do atendimento das especificações mínimas exigidas de cada item, como o atendimento das questões de sustentabilidade. Caso o proponente de menor preço venha ofertar produto em desacordo com a descrição técnica do item (ou de qualidade comprovadamente superior), ou que não atendam à legislação vigente e às questões de sustentabilidade ou, ainda, se não apresentar a licença de execução do serviço, ensejará na desclassificação da sua proposta.

Durante a execução dos serviços, a empresa contratada deverá:

- A empresa CONTRATADA, após assinatura do contrato deverá realizar vistorias nas unidades acadêmicas administrativas localizadas nos Campus da UFBA, identificando os tipos e as quantidades existentes a fim de monitorar as próximas manutenções em níveis dois e três e apresentar aos fiscais (administrativo e técnico) no prazo de 90 (noventa) dias.
- Se responsabilizar pelo transporte dos extintores de incêndio que serão recarregados.
- Deverá também **fornecer extintores temporários para a Instituição**, até que seja feita a entrega dos extintores em manutenção, de forma que possam ser utilizados em caso de emergência;
- Fazendo-se necessária a substituição de equipamento, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para executá-la, contados do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE, que poderá ser feita por correio eletrônico, para a adoção das medidas corretivas.
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão o serviço executado e prazo de garantia ou validade do item testado ou recarregado;
- O recebimento provisório, para posterior verificação da conformidade dos extintores de incêndio e acessórios com as exigências constantes em Termo de Referência dar-se-á em até 05 (cinco) dias corridos. O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de efetivação do recebimento provisório.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado em Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos decorrentes da execução do serviço;
- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa eventualmente CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- A garantia mínima de peças e de validade dos serviços de recarga é de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo. A validade da garantia da manutenção 3º nível do cilindro dos extintores é de 5 (cinco) anos. A garantia das placas será de mínimo de 06 (seis) meses, a partir da data de entrega.
- Todas as despesas de transporte ou deslocamento dos extintores, tanto para a coleta, quanto para a devolução após a conclusão dos serviços correrão por conta da Empresa eventualmente CONTRATADA, independentemente da distância a ser percorrida, não podendo ser repassado à CONTRATANTE qualquer custo inerente a estes eventos.
- A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste estudo preliminar, no termo de referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto, mantendo durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de impedimento de contratar com administração pública.

A empresa que participar do processo licitatório deverá atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação. Apresentar prova de capacidade técnica, mediante a apresentação de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução pela empresa licitante de execução de serviços de recargas com manutenção de 3º nível em extintores de incêndio.

O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura do respectivo termo ou outra data determinada pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogado por iguais períodos, respeitada a vigência máxima do contrato.

No período de prorrogação contratual em que o fiscal envia expediente à empresa para manifestação, a contratada deverá informar sobre o interesse de manter o pacto com aplicação de reajuste, a fim de ser inserido no termo aditivo da avença, caso não o faça nesse momento, presume-se que a contratada renunciou tacitamente ao direito de reajuste caracterizando preclusão lógica de direito. As alterações decorrentes de Reajustes serão formalizadas por meio de apostilamento.

DA DEMANDA DOS SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS.

Da recarga de extintores: As normas de Segurança obrigatória para os imóveis determinam que todas as unidades devem possuir extintores de acordo com as classes de incêndio previstas na legislação vigente.

As condições de segurança contra incêndio devem atender às seguintes legislações:

- a. Lei nº 6514, de 22/12/77, regulamentada pela Portaria nº 3214 de 08/06/78, do Ministério do Trabalho, que determina através da Norma Regulamentadora (NR) nº 23 alterada pela :Portaria MTP nº 2.769, de 05 de setembro de 2022:

"23.3.1 Toda organização deve adotar medidas de prevenção contra incêndios em conformidade com a legislação estadual e, quando aplicável, de forma complementar, com as normas técnicas oficiais."

- b. Instrução Técnica do Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia;
 - Os extintores deverão possuir obrigatoriamente a Identificação de Conformidade de Órgão de Certificação, credenciado pelo INMETRO, de acordo com a Regulamentação estabelecida pelo Instituto (NIE-DINQP-070 Portaria INMETRO Nº 237 DE 03/10/2000).
- c. Das normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e INMETRO:
 - Normas Referentes a Extintores de Incêndio: NBR 7195 (cores na seg. do trabalho), NBR 9695 (pó químico para extintor de incêndio), NBR 12962 (extintores de incêndio - inspeção e manutenção), NBR 12693 (Sistemas de proteção por extintores de incêndio).
- d. INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial.

5. Levantamento de Mercado

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A fim de encontrar a melhor solução para atender à necessidade da Administração, buscou-se no mercado contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, em especial, por outras universidades e institutos federais, levando em conta os aspectos de eficácia, eficiência e economicidade.

Como alternativa de solução, encontraram-se as contratações realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Pregão Eletrônico 90213/2024 (Processo Administrativo nº 23078.557225/2023-30); Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dispensa de Licitação Nº 90012/2024 (Processo Administrativo nº 23079.240279/2024-

30); Universidade Federal da Paraíba, Sistema de Registro de Preço (SRP) Nº153066-17/2024 (Processo Nº 23074.015299/2023-14); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Ata de Registro de Preços Nº 77/2024 (Processo Administrativo nº 23332.251281.2024-96).

Esses pregões abarcam a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços em Manutenção e Recarga de Extintores, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades específicas das instituições de maneira semelhante ao que se pretende com a contratação em tela.

Destarte, fica evidente que a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação serviços manutenção e recarga de extintores, em especial por universidades e institutos federais é uma realidade, conforme é possível inferir a partir das licitações citadas acima.

Considerando o cenário brasileiro no que tange às empresas fornecedoras dos serviços de manutenção e recarga de extintores, tem-se que há total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, vez que existem inúmeras empresas, em nível nacional, regional e estadual, disponíveis, a qualquer tempo, para atendimento desse tipo de demanda. Tal fato, por si só, confere a possibilidade de ampla participação na licitação de empresas especializadas, favorecendo a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa.

À vista disso, após avaliação do objeto, análise dos requisitos da contratação e levantamento de mercado, restou demonstrado que a escolha do tipo de solução a contratar é viável, promove a competição, satisfaz os requisitos definidos e atende aos aspectos de economicidade, eficácia e eficiência, sendo, portanto, uma solução adequada para propiciar o atingimento dos objetivos estabelecidos.

Soluções levantadas pela Equipe de Planejamento da Contratação quanto a forma de contratação:

SOLUÇÃO 1: - Análise de itens similares que possam eventualmente constar nas Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes, gerenciadas pela UFBA.

Análise de viabilidade e justificativa: INVIÁVEL.

Quanto às atas de SRP VIGENTES, o requisitante e a área técnica especializada declaram que não constam itens similares para aquisição por meio das Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes da UFBA.

SOLUÇÃO 2: - Adesão às Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes e gerenciadas por outros órgãos da Administração

Pública. Análise de viabilidade e justificativa: INVIÁVEL.

Durante o período de elaboração deste ETP, não foram localizadas atas vigentes pertencentes a outros órgãos da Administração Pública compatível com os itens que integram o objeto desta contratação.

SOLUÇÃO 3: Publicação de Intenção de Registro de Preço

Análise de viabilidade e justificativa: INVIÁVEL.

Sendo a Universidade federal da Bahia – UFBA a única contratante do presente processo aquisitivo, a publicação de IRP para o certame se mostra desvantajosa. A participação de órgãos de outras regiões do país desestimula empresas locais, pela elevação de custo com frete e logística, bem como eleva os custos unitários dos produtos, porque a empresa fornecedora deverá manter uma estrutura mais onerosa para o transporte dos mesmos às diversas localidades do país. Assim, a Ufba pagaria um valor superior individual para o produto para que seja possível garantir o transporte aos demais órgãos participantes da Ata de Registro de Preços. A imposição de tal prática impediria a atenção plena ao princípio da Economicidade, que deve nortear os processos licitatórios

A publicação de IRPs não é a única forma de socialização das Atas de Registro de Preços. A permissão para que outros órgãos participem das licitações realizadas pela Universidade (via Sistema de Registro de Preços) será feita via Adesão (Carona), que é o método mais atrativo aos fornecedores que, após terem seus preços registrados, têm a faculdade de fornecer aos órgãos solicitantes de adesão. A atração de fornecedores aumenta a competitividade do certame licitatório e tem o condão de garantir preços melhores para as contratações, gerando, por fim, economia de recursos públicos.

SOLUÇÃO 4: Sistema de Registro de Preço

Análise de viabilidade e justificativa: VIÁVEL

O Sistema de Registro de Preço (SRP) oferece vantagens tanto para a administração pública quanto para seus fornecedores. Entre os benefícios, destacam-se a economia de tempo e recursos, uma vez que permite aquisições mais ágeis com preços e condições já registrados, eliminando a necessidade de novos processos licitatórios a cada compra. Além disso, o SRP facilita o planejamento e a previsibilidade, já que os órgãos públicos podem planejar suas aquisições com antecedência, conhecendo os preços e condições disponíveis durante a vigência das atas de registro de preços. O sistema também proporciona flexibilidade, permitindo compras conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária, sem obrigatoriedade de aquisição imediata. A transparência é outra vantagem, visto que os preços registrados resultam de um processo licitatório competitivo e publicamente divulgado. Além disso, o SRP permite ganhos de escala, possibilitando a formação de atas com maior volume de itens e, conseqüentemente, preços mais competitivos. A administração pública também se beneficia da facilidade de gestão, com a centralização e organização das entregas e contratos. Por fim, o SRP incentiva o desenvolvimento de fornecedores, especialmente micro e pequenas empresas, ao oferecer a oportunidade de fornecer ao governo em condições previamente estabelecidas.

SOLUÇÃO 5: - Realização de Pregão Convencional

Análise de viabilidade e justificativa: VIÁVEL.

Caso haja o eventual fracasso da licitação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), esta solução se mostra adequada para suprir as necessidades de aquisição da UFBA. Considerando-se a solução 3 anterior é mera estimativa de quantitativo em licitação por SRP que, porventura, pode fracassar, e dada a necessidade e urgência demandadas pelo requisitante, a Licitação Tradicional é uma alternativa adequada para proporcionar celeridade ao processo de aquisição de bens com melhor custo-benefício à Administração, com economicidade de recursos públicos auferidos por meio do Pregão Eletrônico.

6. Descrição da solução como um todo

Considerando a necessidade de atender às condições de segurança contra incêndio e emergência na Universidade Federal da Bahia, faz-se necessário a recarga e a realização da manutenção dos extintores de incêndio, atendendo as especificações da Portaria MTP n.º 2.769 de 05 de setembro de 2022 (Nova NR-23) para evitar prejuízos materiais, às pessoas, ambientais e patrimoniais. Os serviços objeto deste ETP deverão ser realizados anualmente, incluindo, quando necessário, a substituição de peças defeituosas observando as condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no termo de referência.

A retirada e a entrega dos equipamentos deverão ocorrer com a presença de um servidor da unidade demandante que acompanhará o empregado da empresa CONTRATADA durante a execução dos serviços. A CONTRATADA deverá retirar os equipamentos dos locais onde se encontram instalados, e devolvê-los aos suportes de sustentação existentes nos mesmos locais, ficando a reinstalação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da sua retirada. A retirada e a entrega dos extintores serão realizadas no horário das 08h30min às 10h30min e das 13h00min às 16h00min horas.

A contratação de empresa especializada em prestação de serviço de recarga e manutenção de extintores de incêndio em 2º e 3º nível com reposição de peças compreende:

- Serviço de caráter preventivo e/ou corretivo cuja execução requer ferramental, equipamentos e local apropriados, realizado por empresa registrada no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade – SBAC, compreendendo o exame completo do extintor de incêndio, com a finalidade de manter suas condições de operação de forma a proporcionar os requisitos mínimos de desempenho preconizados na Portaria n.º 58/2022 do INMETRO e um nível adequado de confiança de que o extintor de incêndio irá funcionar efetivamente com segurança; requerido após a utilização do aparelho, quando indicado por uma inspeção técnica ou de acordo com a frequência prevista neste documento, incluindo qualquer reparo ou substituição que seja necessário, podendo, ainda, envolver a necessidade de recarga e/ou ensaio hidrostático.

As manutenções de segundo e terceiro níveis serão executadas conforme descrito no Termo de Referência.

Nota:

Sempre que for requerida a realização do ensaio hidrostático para um extintor de incêndio, deverão ser executados e registrados também os seguintes serviços:

- Determinação da capacidade volumétrica do cilindro destinado ao armazenamento de dióxido de carbono; Ensaio hidrostático na válvula de descarga e na mangueira;
- Substituição do conjunto de segurança da válvula de descarga dos extintores de incêndio de CO₂;
- Todos os extintores de incêndio devem ser submetidos ao ensaio hidrostático em um intervalo máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir de sua data de fabricação ou da realização do último ensaio hidrostático, ou quando apresentarem qualquer uma das situações previstas a seguir:
 - a. Corrosão generalizada ou localizada profunda no recipiente ou nas partes que possam ser submetidas à pressão momentânea ou que estejam submetidas à pressão permanente, ou nas partes externas, contendo mecanismo ou sistemas de acionamento mecânico;
 - b. Defeito no sistema de rodagem, na alça de transporte ou acionamento, desde que estes constituam parte integrante de componentes sujeitos à pressão permanente ou momentânea;
 - c. Submetidos a danos térmicos ou mecânicos. Quando a empresa realizar manutenção em extintores de incêndio durante o ano limite para a realização do ensaio hidrostático, a empresa deve obrigatoriamente realizar, também, o ensaio hidrostático nestes extintores de incêndio.

O nível de manutenção deve ser definido em função da situação encontrada na inspeção.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade existente de extintores por tipo de manutenção e aquisição é a seguinte:

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO DE MANUTENÇÃO DE SEGUNDO NÍVEL		
DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
Serviços de manutenção em segundo nível e recarga para extintor tipo CO ₂ 4kg e 6kg	und	997
Serviços de manutenção em segundo nível e recarga para extintor tipo CO ₂ 10kg	und	212
Serviços de manutenção em segundo nível e recarga para extintor tipo AP 10lts	und	1687
Serviços de manutenção em segundo nível e recarga para extintor tipo PQS 4kg e 6kg	und	974
Serviços de manutenção em segundo nível e recarga para extintor tipo PQS 8kg, 10kg e 12kg	und	457
Serviços de manutenção em segundo nível e recarga para extintor tipo ABC 2kg, 4kg e 6kg	und	703
Serviços de manutenção em segundo nível e recarga para extintor tipo ABC 8kg, 10kg e 12kg	und	535
	Total	5.565

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO DE MANUTENÇÃO DE TERCEIRO NÍVEL		
DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
Serviços de manutenção em terceiro nível com teste hidrostático e recarga para extintor tipo CO2 4kg e 6kg	und	997
Serviços de manutenção em terceiro nível com teste hidrostático e recarga para extintor tipo CO2 10kg	und	212
Serviços de manutenção em terceiro nível com teste hidrostático e recarga para extintor tipo AP 10lts	und	1687
Serviços de manutenção em terceiro nível com teste hidrostático e recarga para extintor tipo PQS 4kg e 6kg	und	974
Serviços de manutenção em terceiro nível com teste hidrostático e recarga para extintor tipo PQS 8kg, 10kg e 12kg	und	457
Serviços de manutenção em terceiro nível com teste hidrostático e recarga para extintor tipo ABC 2kg, 4kg e 6kg	und	703
Serviços de manutenção em terceiro nível com teste hidrostático e recarga para extintor tipo ABC 8kg, 10kg e 12kg	und	535
	Total	5.565

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO DE AQUISIÇÃO DE EXTINTORES		
DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
Compra de extintor ABC 2kg (completo com acessórios e sinalização) validade 5 anos	und	300
Compra de extintor ABC 4kg (completo com acessórios e sinalização) validade 5 anos	und	250
Compra de extintor ABC 6kg (completo com acessórios e sinalização) validade 5 anos	und	280
Compra de extintor ABC 8kg (completo com acessórios e sinalização) validade 5 anos	und	400

Compra de extintor ABC 12kg (completo com acessórios e sinalização) validade 5 anos	und	25
Compra de extintor CO2 6kg (completo com acessórios e sinalização)	und	20
	Total	1.275

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 812.819,15

Valor (R\$): 812.809,15

FORMALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇO

Fonte Consultada: Painel de preço do site *gov.br* (compras governamentais).

Serão aplicadas as regras da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de Julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seu art 5º. Vejamos:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

A administração **optou** por realizar a consulta na **fonte painel de preços do portal de compras do governo federal**, sendo esta fonte a regra prioritária e a que foi utilizada para a estimativa de preço. Para a consulta no painel de preços foram inseridos filtros de data, conforme orientação da citada IN 65/2021.

Buscou-se, dentro do conhecimento dos serviços a serem contratados, estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado. O Mapa de preço será composto por cotações válidas com valores equilibrados.

Os preços estimados para a contratação estarão disponíveis em anexo do edital da licitação, intitulado "PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS".

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O agrupamento em ITENS do certame em ÚNICO se destina a promover maior eficiência e eficácia na gestão e na fiscalização contratual, além propiciar economia de escala, uma vez que a totalidade dos serviços poderá ser demandada a um mesmo fornecedor, favorecendo a redução de preços e desenvolvimento de atividades, atendendo a economicidade e eficiência do serviço a ser prestado.

A não divisaão do objeto pretendido se dá em virtude da possibilidade de ocorrências de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e prejuízos para o serviço demandado, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integral ou satisfatoriamente prestado.

A justificativa para amparar o não parcelamento do objeto, apesar de tratar-se de serviços contínuos de baixa complexidade técnica, possui subsídio por ser evidente a perda de economia de escala e a divisaão do objeto não será técnica e economicamente viável (Súmula 247 do TCU).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

São contratações correlatas:

Destaca-se a contratação, cujo objeto é: Contratação de serviços de manutenção, recarga e teste hidrostático em extintores e mangueiras de combate a incêndio, tendo em vista o que consta no contrato:

Contrato Administrativo no 38/2019, firmado com a empresa PHM Construções e Combate à Incêndio LTDA EPP., Processo Administrativo 23066.024979/2018-80.

A contratação supracitada encontra-se no seu último ano e, por isso, a Administração já iniciou o processo de planejamento e contratação.

No escopo da demanda com um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações para atingir o fim almejado.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

As demandas apresentadas estão alinhadas com o plano de desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2023), o qual prever ampliar em 50% os prédios dotados com sistemas de segurança e combate a incêndios e condições de acessibilidade universal (OBJETIVO ESTRATÉGICO 10). A demanda tem por objetivo principal modernizar e adequar à infraestrutura física. A presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual - PCA 2024 da universidade, para o exercício de 2025, sob o DFD nº 17/2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação visa atender a legislação vigente quanto a manutenção dos preventivos de segurança contra incêndio e emergência de uso coletivo e adequar, conseqüentemente, os equipamentos instalados na UFBA, como também atender a validade da recarga dos extintores e proporcionar condições de segurança contra incêndio e pânico aos ocupantes das edificações e áreas de risco, possibilitando a desocupação segura e evitar perdas patrimoniais, ambientais e humanas.

A Administração pretende receber os serviços realizados nas condições contratuais estabelecidas, em atendimento às descrições solicitadas e dentro da legislação vigente, criando um ambiente mais seguro para a contratação, eliminando a possibilidade de entrega de produtos que não atendam às demandas da unidade nos quesitos segurança e qualidade.

13. Providências a serem Adotadas

O ambiente da Universidade já se encontra adequado para que o serviço, ora pretendido, seja prestado de forma satisfatória, não havendo necessidade de modificações ou tomada de providências para que a solução a ser contratada surta seus efeitos.

Considerando que o acompanhamento do contrato proveniente dessa contratação não necessita de qualificação especial, além das que já são habitualmente desejáveis e esperadas dos servidores investidos nas funções de gestores e fiscais de contratos, não será necessária nenhuma capacitação específica, bastando que a equipe de fiscalização se mantenha sempre atualizada quanto às legislações que regem a matéria.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa que prestará o serviço de recarga e teste hidrostático nos extintores de incêndio deverá comprovar que realiza o descarte adequado, ecologicamente correto, dos cilindros e demais materiais descartados, observando o

disposto na Instrução Normativa nº 01 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública direta, autárquica ou fundacional, no que couber, e nas normas técnicas e/ou recomendações do fabricante dos equipamentos e da ABNT, conforme art. 5º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, a contratada deverá garantir que os bens sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa IBAMA, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal, naquilo que couber em referência à presente licitação (notadamente CFCs, Halons, CTC e triclouroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- a. Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
- b. Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinados aos centros de regeneração e/ou de incineração;
- c. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;
- d. As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;
- e. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H- 2402;
- f. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
- g. A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionado em recipientes adequados e enviado a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.
 - a. 1. Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pela CONSULTORIA - GERAL DA UNIÃO Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 289 órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.
 - b. 2. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.
 - c. 3. A proibição de utilização de SDOs como fluidos de refrigeração ou de extinção de incêndio já esteja vigente há tempos em aparelhos ou equipamentos novos, conforme Resoluções CONAMA nº 13, de 13/12/95, e nº 267, de 14/11/2000. No entanto, é possível que ainda haja aparelhos ou equipamentos que contenham SDOs, ou por serem mais antigos, ou por não ter sido observada a proibição por parte do fabricante.
 - d. 4. As diretrizes desse tópico devem ser observadas na contratação de serviços de manutenção de extintores de incêndio ou de sistemas de combate a incêndio que possam conter SDOs, a fim de amenizar o impacto ambiental da liberação de tais substâncias na atmosfera.
 - e. 5. Para isso, o eventual tratamento, regeneração, destinação final, incineração, ou depósito de tais substâncias deverá ser realizado por empresas registradas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do IBAMA.
 - f. 6. O transporte de tais equipamentos deverá ser realizado por empresas inscritas no CTF/APP-IBAMA na Categoria Transporte de cargas perigosas, código 18-1.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os produtos são de grande relevância para o atendimento das funções sociais da Universidade Federal da Bahia e a viabilidade de suas aquisições está expressa neste estudo preliminar, no qual demonstra no seu conteúdo a importância institucional dos mesmos para atender as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFBA, atrelado a questões de sustentabilidade.

A equipe de planejamento declara viável a contratação, uma vez que a execução do serviço garantirá a segurança dos bens patrimoniais, alunos, servidores e demais usuários dos serviços da UFBA.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JESSICA SCOLARO

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 02/04/2025 às 15:04:09.

NANCI MOREIRA DOS SANTOS

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 02/04/2025 às 15:03:01.



Emitido em 02/04/2025

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP Nº 1/2025 - CGA/PROAD (12.01.69)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 04/04/2025 15:53)

JESSICA SCOLARO
TECNICO EM CONTABILIDADE
CGA/PROAD (12.01.69)
Matrícula: ###217#6

(Assinado eletronicamente em 04/04/2025 15:53)

NANCI MOREIRA DOS SANTOS
TECNICO EM ARQUIVO
CGA/PROAD (12.01.69)
Matrícula: ###544#4

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo: **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP**, data de emissão: **02/04/2025** e o código de verificação: **c0416a8333**